

LV AUDIÊNCIA PÚBLICA

FÓRUM MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

- O Município de Rio de Ostras por meio desta publicação sintetiza e expõe de forma mais sucinta os resultados da execução orçamentária e as metas fiscais através da extração das informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal do 2º bimestre e 1º quadrimestre, respectivamente.

- Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras até o 1º Quadrimestre de 2023, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência ao cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

- A LV Audiência Pública, disponibilizada em 27 de maio de 2023, trata da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2023.

- Como fontes de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, relativo ao 2º bimestre de 2023 e o Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2023, publicado no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras – Ano XXI, Edição nº 1569 – de 26 de maio de 2023, e os dados complementares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Anexo I - Balanço Orçamentário

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção

Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo VIII - Demonstrativo da Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo XII – Demonstrativo de Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde

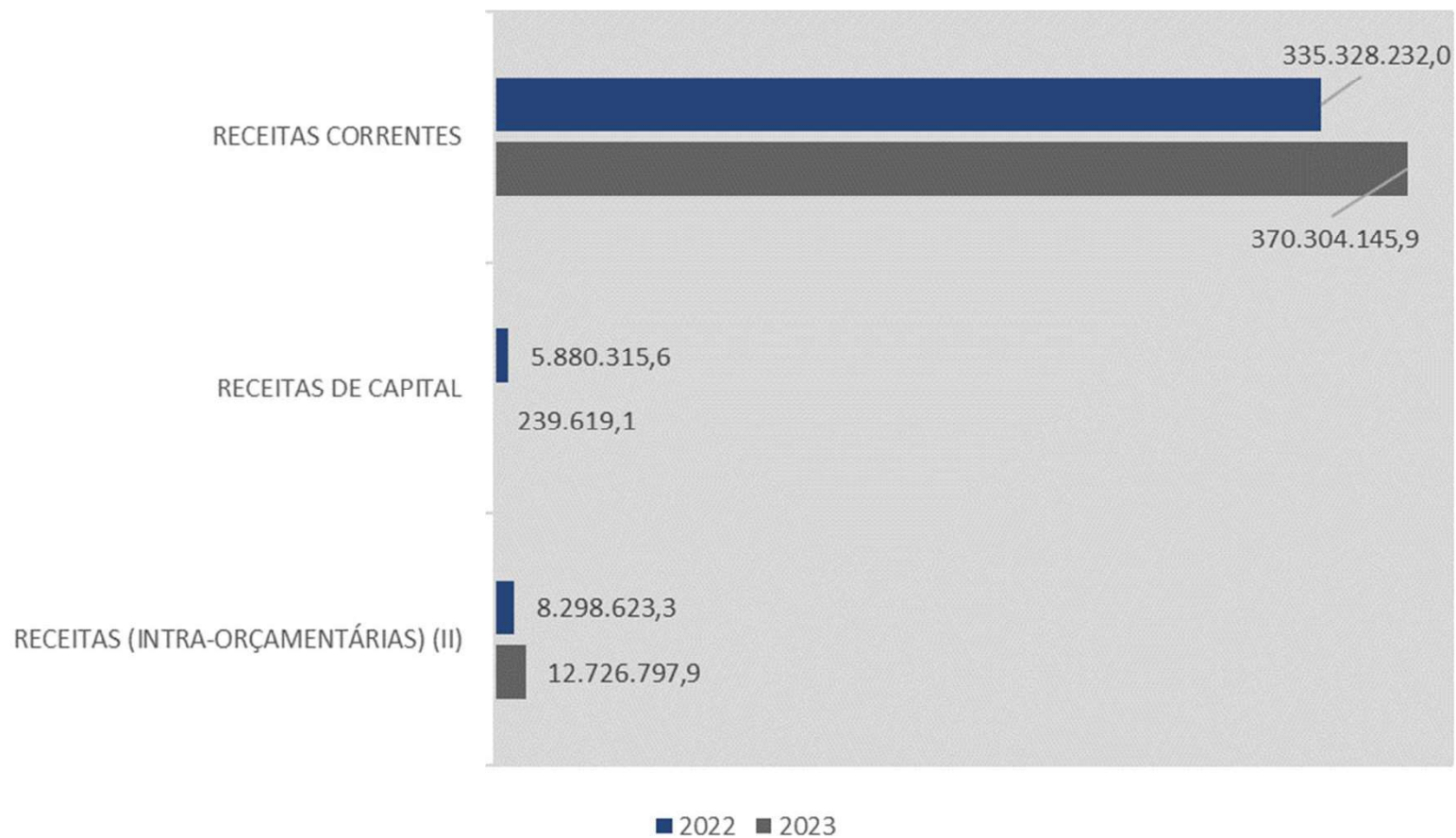
Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ARRECADAÇÃO		%
RECEITAS CORRENTES	370.304.145,90	96,6%
<i>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</i>	<i>112.842.055,40</i>	<i>29,4%</i>
Impostos	103.293.412,40	27,0%
Taxas	9.548.643,00	2,5%
<i>CONTRIBUIÇÕES</i>	<i>21.285.710,00</i>	<i>5,6%</i>
Contribuições Sociais	9.950.425,40	2,6%
Contrib. para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública	11.335.284,60	3,0%
<i>RECEITA PATRIMONIAL</i>	<i>24.607.438,30</i>	<i>6,4%</i>
<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	<i>241.712,10</i>	<i>0,1%</i>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	37.598,00	0,0%
Outros Serviços	204.114,10	0,1%
<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i>	<i>210.019.773,20</i>	<i>54,8%</i>
Transferências da União e de suas Entidades	126.007.714,30	32,9%
Transf. dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades	43.280.239,70	11,3%
Transf. de Outras Instituições Públicas	40.731.819,20	10,6%
Transf. de Pessoas Físicas	-	0,0%
<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	<i>1.307.456,90</i>	<i>0,3%</i>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	270.308,80	0,1%
Demais Receitas Correntes	1.037.148,20	0,3%
RECEITAS DE CAPITAL	239.619,10	0,1%
<i>ALIENAÇÃO DE BENS</i>	<i>56.133,60</i>	<i>0,0%</i>
<i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i>	<i>183.485,50</i>	<i>0,0%</i>
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.726.797,90	3,3%
TOTAL ARRECADADO	383.270.563,00	100,0%

Em resposta ao cenário de recuperação da economia, a arrecadação do município aumentou como podemos observar em relação ao acréscimo da ordem de 9,7% da arrecadação do mesmo período no ano anterior, a ser verificado no gráfico a seguir.

Comparativo 2022 x 2023



ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

	EXECUÇÃO		%
	Empenhado	Liquidado	
DESPESAS CORRENTES	364.528.990,70	238.714.485,30	85,5%
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>193.801.662,30</i>	<i>181.526.728,10</i>	<i>65,1%</i>
<i>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</i>	-	-	0,0%
<i>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</i>	<i>170.727.328,50</i>	<i>57.187.757,10</i>	<i>20,5%</i>
DESPESAS DE CAPITAL	69.930.411,70	29.762.312,70	10,7%
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>69.112.411,70</i>	<i>29.490.995,70</i>	<i>10,6%</i>
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	-	-	0,0%
<i>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</i>	<i>818.000,00</i>	<i>271.317,00</i>	<i>0,1%</i>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	0,0%
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.963.037,50	10.580.191,20	3,8%
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	445.422.439,90	279.056.989,20	100,0%

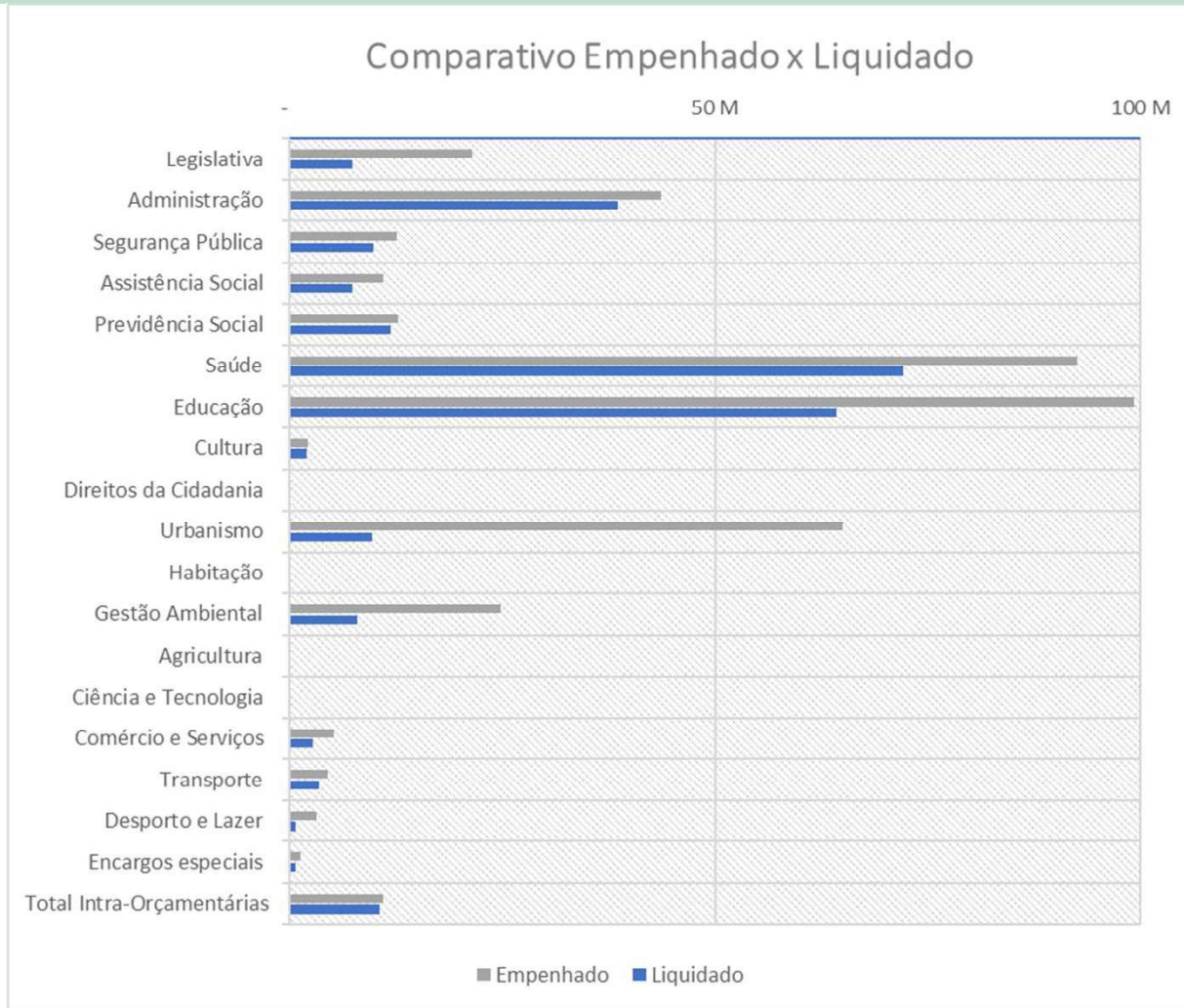
- O valor empenhado em 2023, superior a 2022 em R\$ 111.762.498,8 mil e liquidado superior em R\$ 53.876.079,8 mil.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

EXECUÇÃO				EXECUÇÃO			
	Empenhado	Liquidado	%		Empenhado	Liquidado	%
<i>Legislativa</i>	21.495.181,40	7.434.589,70	2,7%	<i>Transporte</i>	4.496.893,30	3.501.434,00	1,3%
<i>Administração</i>	43.635.637,20	38.568.864,40	13,8%	<i>Desporto e Lazer</i>	3.128.748,00	636.911,80	0,2%
<i>Segurança Pública</i>	12.599.262,80	9.887.954,50	3,5%	<i>Encargos especiais</i>	1.293.129,60	746.446,60	0,3%
<i>Assistência Social</i>	11.022.528,20	7.340.523,00	2,6%	Total Orçamentárias	434.459.402,40	268.476.798,10	96,2%
<i>Previdência Social</i>	12.702.949,10	11.892.508,40	4,3%	<i>Legislativa</i>	500.000,00	207.001,90	0,1%
<i>Saúde</i>	92.507.747,40	72.100.552,40	25,8%	<i>Administração</i>	2.438.077,90	2.438.077,90	0,9%
<i>Educação</i>	99.252.225,90	64.204.779,80	23,0%	<i>Assistência Social</i>	203.596,40	203.596,40	0,1%
<i>Cultura</i>	2.158.894,70	1.924.799,70	0,7%	<i>Previdência Social</i>	56.693,10	56.693,10	0,0%
<i>Direitos da Cidadania</i>	77.852,00	18.500,80	0,0%	<i>Saúde</i>	3.489.878,40	3.489.878,40	1,3%
<i>Urbanismo</i>	65.035.997,00	9.728.423,90	3,5%	<i>Educação</i>	4.015.857,70	4.015.857,70	1,4%
<i>Habitação</i>	-	-	0,0%	<i>Cultura</i>	78.836,20	78.836,20	0,0%
<i>Saneamento</i>	35.140.540,20	29.954.511,50	10,7%	<i>Saneamento</i>	53.778,40	53.778,40	0,0%
<i>Gestão Ambiental</i>	24.776.645,30	7.875.321,40	2,8%	<i>Encargos especiais</i>	126.319,40	36.471,10	0,0%
<i>Agricultura</i>	2.500,00	2.500,00	0,0%				0,0%
<i>Ciência e Tecnologia</i>	8.000,00	8.000,00	0,0%	Total Intra-Orçamentárias ✦	10.963.037,50	10.580.191,10	3,8%
<i>Comércio e Serviços</i>	5.124.670,30	2.650.176,20	0,9%	TOTAL	445.422.439,90	279.056.989,20	100,0%

✦ Corresponde as despesas com Obrigações Patronais, para o pagamento ao Regime Próprio de Previdência do Município de Rio das Ostras.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO



ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

■ **RCL**

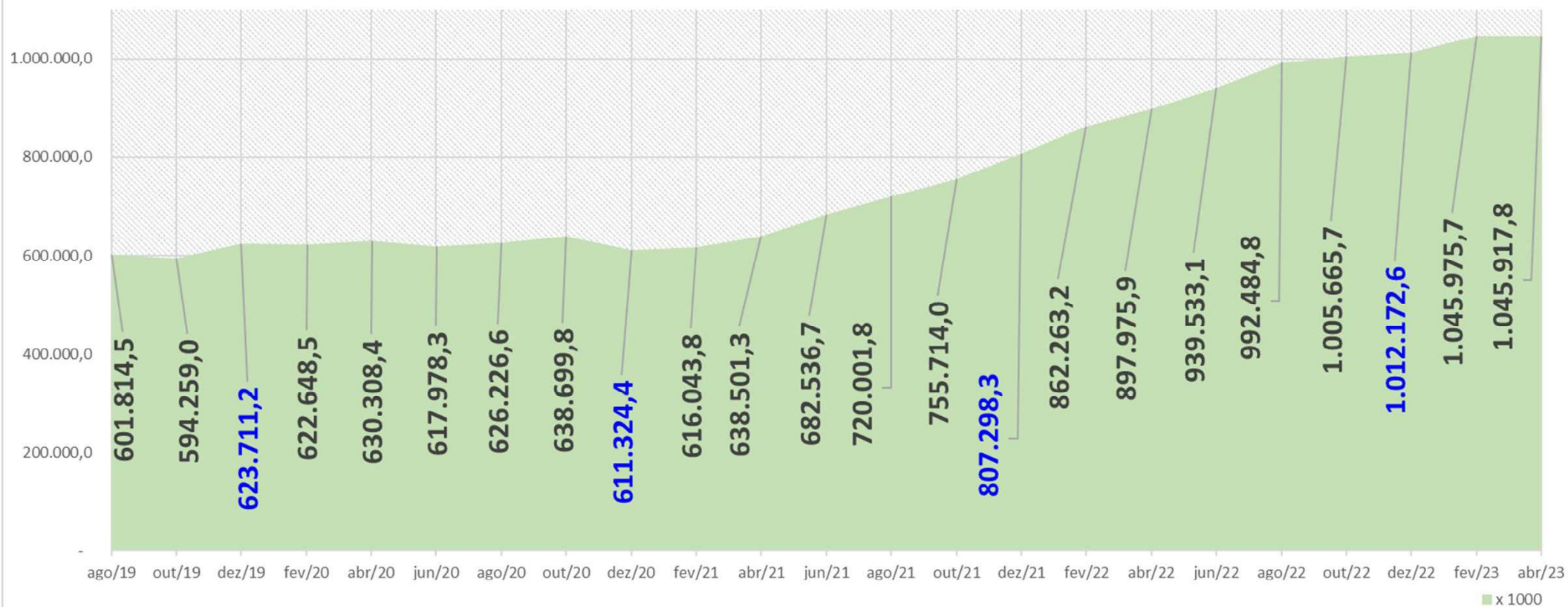
A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

■ **Deduções**

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida



ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Os dados do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

As receitas e as despesas são administradas pelo Rio das Ostras Previdência – OSTRAPREV.

EXECUÇÃO	
2023	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	31.838.572,4
<i>Receitas de Contribuições dos Segurados</i>	9.919.216,20
<i>Receitas de Contribuições Patronais</i>	12.589.611,8
<i>Receita Patrimonial</i>	9.107.857,1
<i>Outras Receitas Correntes</i>	221.887,3
<i>Compensação do RGPS para o RPPS</i>	34.172,7
<i>(-) Aportes Per. p/ Amort. do Déf. At. do RPPS</i>	168.788,0
<i>Demais Receitas Correntes</i>	18.926,6
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	10.385.330,8
Benefícios - Civil	10.385.330,8
<i>Aposentadorias</i>	8.454.958,6
<i>Pensões</i>	1.930.372,2
<i>Outros Benefícios Previdenciários</i>	-
Benefícios - Militar	-
<i>Outras Despesas Previdenciárias</i>	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS	21.284.453,6
TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS	707.131.479,0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - 2022 a 2096 *	-1.182.853.969,5

* Informação Constante do Anexo 10 em 27/01/2023 ed.1531.

ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, é inscrita em restos a pagar. São classificadas como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido empenhada, mas sem ter sido executada efetivamente.

	RP Processados	RP não Processados
PREFEITURA RIO DAS OSTRAS	168.658,80	9.103.077,80
INSTITUTO PREVIDÊNCIA RIO DAS OSTRAS	-	4.236,90
FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA	16.338,30	92.945,80
FUNDO MUN SAÚDE RIO DAS OSTRAS	-864,30	3.794.988,90
FUNDO MUN ASSIST SOCIAL RIO DAS OSTRAS	12.932,00	200.739,00
FUNDO M. HAB. INT. SOCIAL RIO DAS OSTRAS	-	38.436,00
FUNDO MUN MEIO AMBIENTE RIO DAS OSTRAS	-	-
FUNDO M. INFÂNCIA E ADOL. RIO DAS OSTRAS	-	-
SERVIÇO AUT ÁGUA E ESGOTO RIO DAS OSTRAS	-	-
FUNDO MUN PROT DEF CONSUM RIO DAS OSTRAS	166,00	-
FUNDO MUN CULTURA DE RIO DAS OSTRAS	-	-
TOTAL	197.230,80	13.234.424,40

Os Valores aqui apresentados são os saldos a pagar e saldos pendentes de processamento.

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

A Constituição Federal estabelece que o Município deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o valor equivalente ao limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal (25%). Tal verificação se faz necessária em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	56.056.460,60
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	25.915.614,69
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	428.493,49
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 – (28 + 29 + 30 + 31))	29.712.352,42

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	44.343.608,73	29.712.352,42	16,75

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 16,75 % da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo constitucional em educação. Ressaltando que o calculo final de aplicação valido é o apurado ao final do exercício.

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DO FUNDEB

INDICADORES - Art. 212-A, Inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)		
19- Mín. 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais Educ. Básica	35.275.518,2	41.183.647,8	41.183.647,8	81,7		
20- Perc. 50% da Complem. da União ao FUNDEB (VAAT) na Educ. Infantil	0,0	0,0	0,0	0,0		
21- Mín de 15% da Complem. da União ao FUNDEB-VAAT em Desp. de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0		
INDICADORES - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113 de 2020 (Máximo de 10% do Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)		
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	5.039.359,7	9.209.949,6	9.209.949,6	18,3		
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113 de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXER. ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O 1º QUADR. (s)	VALOR APLIC. ATÉ O 1º QUADR QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O 1º QUADR (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	12.026.141,8	434.809,6	434.809,6	434.809,6	0,0	0,0
23.1- Total das Desp. custeadas com FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos	12.026.141,8	434.809,6	434.809,6	434.809,6	0,0	0,0
23.2- Total das Desp. custeadas c/ FUNDEB - Complem. União (VAAF + VAAT)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

ANEXO XII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
1 - Impostos	103.293.412,6	ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.564.544,9
IPTU (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	26.325.376,0	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	42.306.096,8
ITBI (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	5.907.344,1	SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	-
ISS (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	53.637.719,7	VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	-
IRRF (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	17.422.972,8	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	4.058.911,9
2 - Transferências Constitucionais Legais	74.081.022,6	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-
Cota-Parte FPM - (100%) CF. 159 "I" "b"	38.067.834,9	OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	10.962.808,4
Cota-Parte ICMS - (100%)	18.238.100,5	TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL	62.892.362,0
Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%)	-	MÍNIMO DE 15% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA ASP	35,46%
Cota-Parte IPI - (100%)	1.152.008,9		
Cota-Parte ITR	12.158,4		
Cota-Parte IPVA	16.610.919,9		
BASE DE CÁLCULO SAÚDE	177.374.435,2		

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 35,5 % das receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo constitucional em saúde. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente foi superado na apuração anual em R\$ 36.286,2 mil.

ANEXO XIII – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

	R\$ x1.000
TOTAL DE ATIVOS	-
TOTAL DE PASSIVOS (I)	129.868,8
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	129.868,8
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	129.868,8

Despesas com PPP	2023	2024	2025	2026	2027
001/2007.	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	1.045.917.769,30	1.051.767.455,20	1.057.649.857,60	1.063.565.159,60	1.069.513.545,10
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	-	-	-	-	-

RRGF – RELATÓRIO GESTÃO FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada

Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

EXECUÇÃO	
	Liquidados
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	570.887.206,79
<i>Pessoal Ativo</i>	540.283.507,96
<i>Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis</i>	490.717.689,54
<i>Obrigações Patronais</i>	49.565.818,42
<i>Benefícios Previdenciários</i>	-
<i>Pessoal Inativo e Pensionista</i>	30.603.698,83
<i>Aposentadorias, Reservas e Reformas</i>	25.029.385,37
<i>Pensões</i>	5.574.313,46
<i>Outros Benefícios Previdenciários</i>	-
<i>Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18 §1º LRF)</i>	-
Despesas não Computadas (art. 19 § 1º da LRF) (II)	31.290.130,28
<i>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</i>	458.351,57
<i>Decorrentes de Decisão Judicial</i>	-
<i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	549.936,89
<i>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</i>	30.281.841,82
Despesas Inscritas em RP não processados	212.911,18
Total da Despesa com Pessoal Para fins de Limite	539.809.987,69

<i>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) (Ajustada)</i>	1.044.233.366,30	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	539.809.987,69	51,69%
<i>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III. art. 20 da LRF)</i>	563.886.017,80	54,00%
<i>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0.95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</i>	535.691.716,91	51,30%
<i>LIMITE DE ALERTA (X) = (0.90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</i>	507.497.416,02	48,60%

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo alcançou o percentual de 51,7% da Receita Corrente Líquida apurada nos últimos 12 meses, nos termos da Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Neste contexto, não ultrapassando o limite máximo disposto no art. 23 c/c art. 20, III, b da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando vedado os itens dispostos no Parágrafo único do art. 22.

ANEXO II – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

	2022	1º Quad 2023	2º Quad 2023	3º Quad 2023
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	136.684.741,40	136.320.444,20	-	-
<i>Dívida Contratual</i>	<i>136.684.741,40</i>	<i>136.320.444,20</i>	-	-
<i>Financiamentos</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.869.520,20</i>	-	-
<i>Internos 1</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.869.520,20</i>	-	-
<i>Parcelamento e Renegociação de dívidas</i>	<i>6.815.917,20</i>	<i>6.450.924,00</i>	-	-
<i>De Contribuições Previdenciárias</i>	<i>6.815.917,20</i>	<i>6.450.924,00</i>	-	-
DEDUÇÕES(II)¹	426.617.627,70	454.194.139,20	-	-
<i>Disponibilidade de Caixa Bruto</i>	<i>446.547.313,00</i>	<i>472.867.101,20</i>	-	-
<i>(-) Restos a Pagar Processados</i>	<i>9.601.258,80</i>	<i>197.230,90</i>	-	-
<i>(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>	<i>10.328.426,50</i>	<i>18.515.499,90</i>	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-289.932.886,30	-317.873.695,00	-	-

O presente quadro traz informações pertinentes ao endividamento, porém, na composição do anexo segundo a legislação não são computados os compromissos assumidos no exercício (empenhados) e não liquidados conforme anexo I, que totalizam R\$ 166.365.450,70, obrigações do exercício liquidadas e não pagas que totalizam R\$ 1.685.499,60 e compromissos assumidos em exercícios anteriores e não liquidados (Restos a Pagar **não** Processados) que totalizam R\$ 13.234.424,40.

Nesse contexto o anexo não contempla um montante de valores comprometidos, de curto prazo para pagamento no valor de R\$ 181.285.374,70.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS(III)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)=(I+II+III+IV)	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.012.172.643,3	1.045.917.769,3	0,0	0,0
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	22,00 %	22,00 %	22,00 %	22,00 %
LIMITE DE ALERTA	19,80 %	19,80 %	19,80 %	19,80 %

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI)=(VII+VIII+IX+X)	0,0	0,0	0,0	0,0

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o 1º Quadrimestre	
	No Quadr.	Até o Quadr.(a)
Mobiliária	0,0	0,0
Interna	0,0	0,0
Externa	0,0	0,0
Contratual	0,0	0,0
Interna	0,0	0,0
Empréstimos	0,0	0,0
Aquisição Financiada de Bens e Arredondamento Mercantil Financeiro	0,0	0,0
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,0	0,0
Assunção, reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,0	0,0
Operações de crédito não sujeitas ao limite de contratação (I)	0,0	0,0
Externa	0,0	0,0
Empréstimos	0,0	0,0
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,0	0,0
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,0	0,0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29 §1º)	0,0	0,0
Operações de crédito não sujeitas ao limite de contratação (II)	0,0	0,0
TOTAL (III)	0,0	0,0

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Anexo I – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública

Anexo II - Efluentes e Resíduos Sólidos

Anexo III - Royalties

ANEXO I – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

A CIP é cobrada para fazer face ao custeio do serviço público de iluminação, incluindo a instalação, consumo de energia, manutenção, melhoramento, operação, fiscalização e demais atividades vinculadas ao sistema de iluminação das vias e dos logradouros públicos existentes no território do Município.

CIP	
Valor Arrecadado	12.237.022,86
Despesa Empenhada	23.290.963,08
Despesa com Energia Elétrica	15.000.000,00
Extensão de Rede Elétrica	4.290.963,08
Manutenção da Iluminação Pública	4.000.000,00
Saldo	-11.053.940,22

ANEXO II – EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS

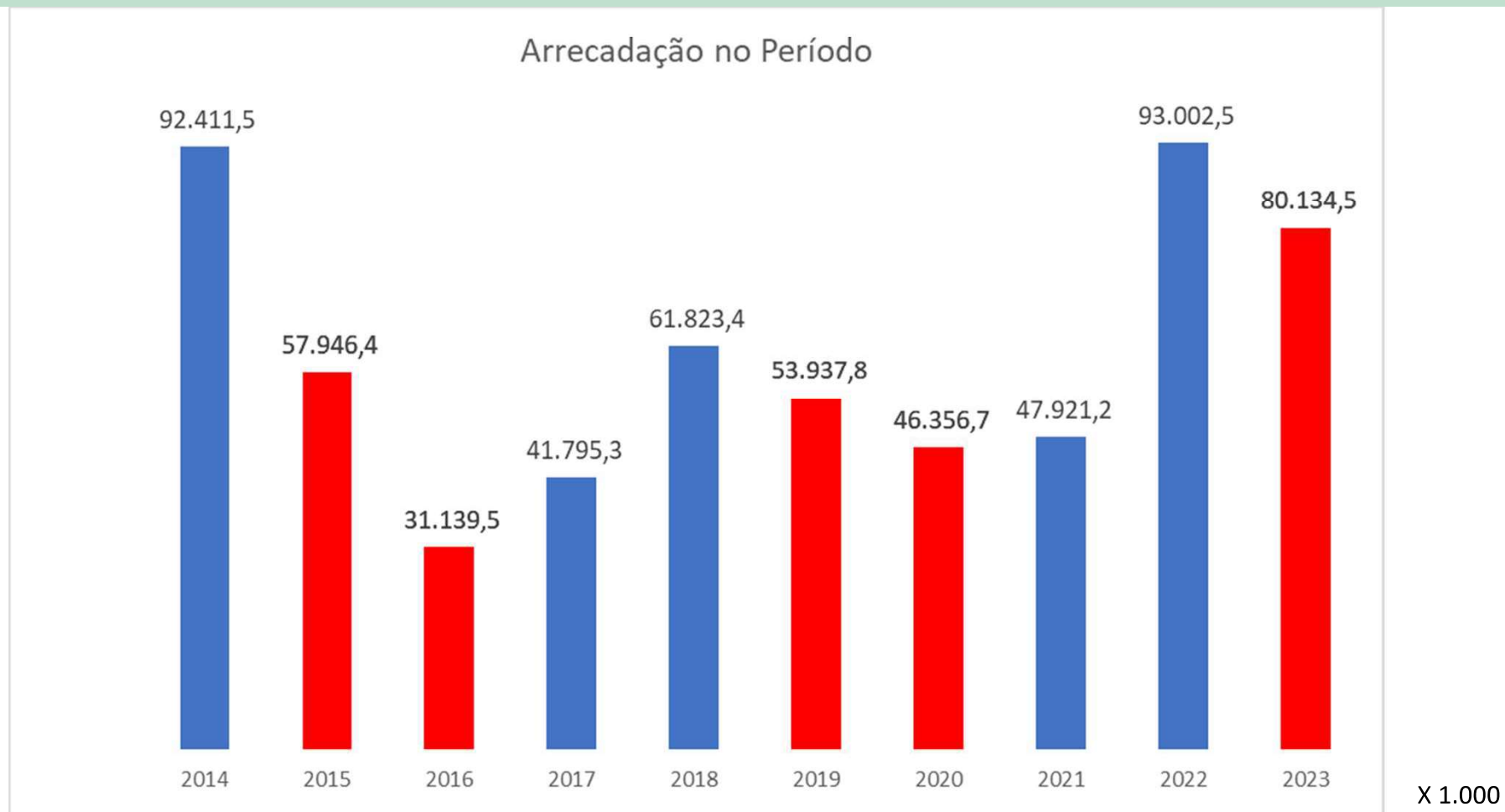
As taxas de efluentes e resíduos sólidos são cobradas mediante a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. É uma receita não vinculada e não detém fonte de recurso específico que a direcione as despesas específicas.

Efluentes e Resíduos Sólidos	
Valor Arrecadado	5.016.208,70
Taxas de Efluentes e Resíduos Sólidos	5.016.208,70
Despesa Empenhada	13.871.347,78
Gestão de Resíduos Sólidos	13.871.347,78

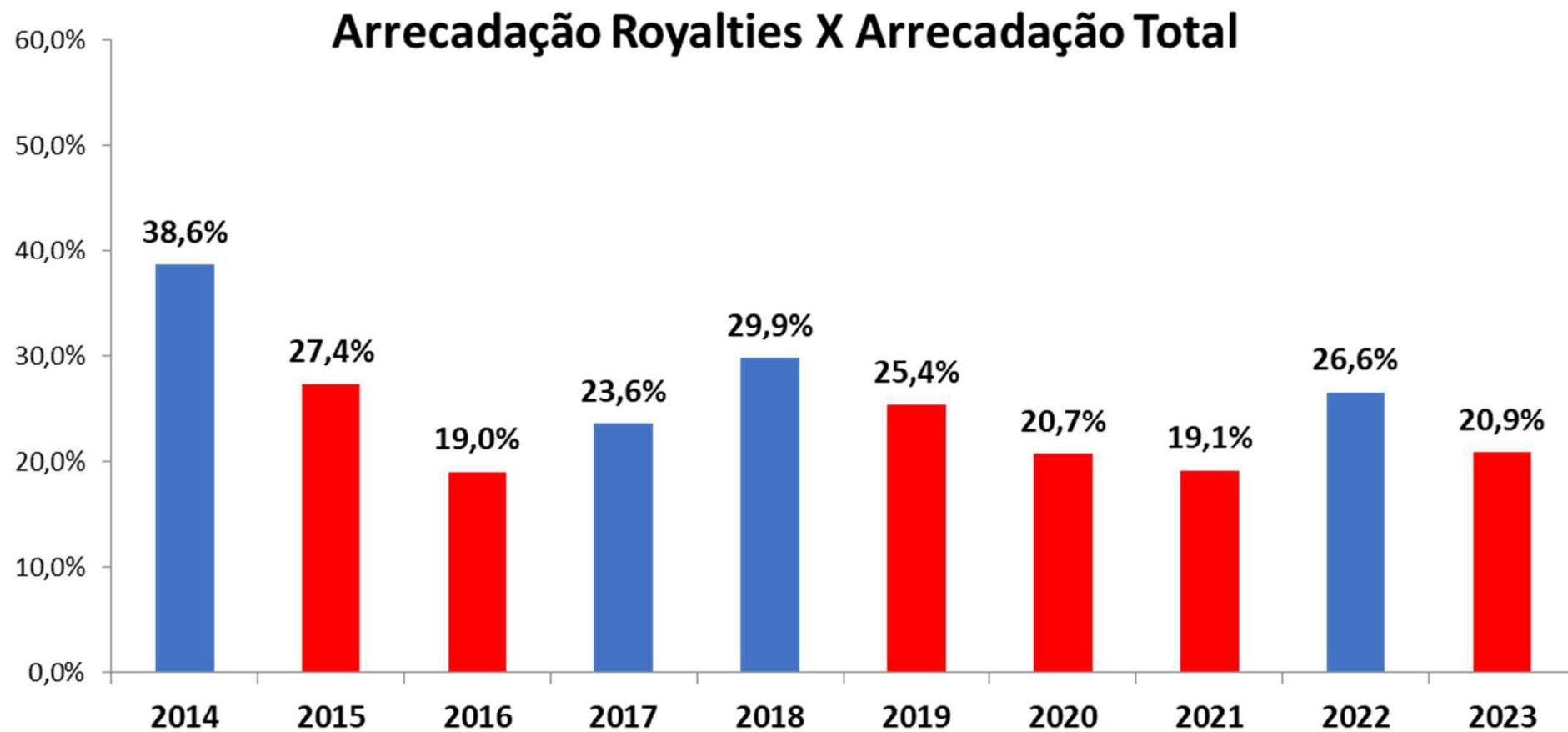
A arrecadação com Taxa de Efluentes e Resíduos Sólidos corresponde a aproximadamente 36,2% da despesa com a Atividade Governamental de Gestão de Resíduos Sólidos no presente exercício. No contexto anual, essa relação é representada por um percentual de 40,2% em 2022.

Pela análise do comportamento das transferências dos recursos *royalties* e participação especial dos últimos dez anos, ficou demonstrado a volatilidade dos recursos pela variação na produção do setor, valor do barril e demanda externa.

ANEXO III – ROYALTIES



ANEXO III – ROYALTIES





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE FAZENDA

Com estes dados, disponibilizados à população no site <http://www.riodasostras.rj.gov.br>, e com a realização da Audiência Pública, o Município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 26 de maio de 2023.

Júlio César dos Santos Marins
Secretário Municipal de Fazenda